

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota dos Coqueiros (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.




Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 17 de fevereiro de 2016


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE


Gustavo dos Santos Amud
Contador CRC 1RJ085031/O-o "S" PE

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.729	2.612	Fornecedores	902	1.021
Contas a receber (Nota 8)	1.868	2.300	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	3.686	3.995
Tributos a recuperar	353	117	Obrigações tributárias	567	233
Despesas antecipadas	90	58	Obrigações sociais e trabalhistas	362	409
Outros ativos	171	169	Contribuição ao fundo sócio ambiental (Nota 12)	153	574
	<u>4.211</u>	<u>5.256</u>	Provisão para contingência (Nota 13)	754	
			Outros passivos	3	
				<u>6.427</u>	<u>6.232</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	7.850	7.728	Exigível a longo prazo		
Contas a receber (Nota 8)	613	1.564	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	47.809	51.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	3.619	3.616	Partes relacionadas (Nota 10)	1.505	3.173
Outros ativos	66	3	Tributos diferidos (Nota 19)	112	
	<u>12.148</u>	<u>12.911</u>		<u>49.426</u>	<u>54.616</u>
			Patrimônio líquido (Nota 14)		
Imobilizado			Capital social	26.150	26.150
Intangível (Nota 9)	229	240	Reserva de capital	2.618	2.618
	<u>75.635</u>	<u>75.806</u>	Reserva de lucros (Nota 14)	7.602	4.597
	<u>88.012</u>	<u>88.957</u>		<u>36.370</u>	<u>33.365</u>
Total do ativo	<u>92.223</u>	<u>94.213</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>92.223</u>	<u>94.213</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Operações continuadas		
Receitas (Nota 15)	21.592	21.187
Custos (Nota 16)	<u>(7.342)</u>	<u>(7.854)</u>
Lucro bruto	14.250	13.333
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(5.980)	(5.808)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(71)</u>	<u>(3)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	8.199	7.522
Resultado financeiro, líquido (Nota 18)	<u>(3.200)</u>	<u>(3.831)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.999	3.691
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 19 (a) e (b))	<u>(1.280)</u>	<u>(1.241)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.719</u>	<u>2.450</u>
Lucro por ações do capital social	<u>0,14</u>	<u>0,09</u>

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido dos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Em 1º de janeiro de 2014	26.150	2.618	151	2.159	394	31.472	
Lucro líquido do exercício						2.450	2.450
Reserva de lucro					15		15
Destinação do lucro (Nota 14)			121	1.719	38	(1.878)	
Dividendos propostos (Nota 14 (iv))						(572)	(572)
Em 31 de dezembro de 2014	26.150	2.618	272	3.878	447		33.365
Lucro líquido do exercício						3.719	3.719
Destinação do lucro (Nota 14)			150	2.143	712	(3.005)	
Dividendos propostos (Nota 14 (iv))						(714)	(714)
Em 31 de dezembro de 2015	26.150	2.618	422	6.021	1.159		36.370

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	4.999	3.691
Ajustes		
Margem de construção	(10)	6
Atualização do ativo financeiro	(222)	(252)
Juros e variações monetárias	4.340	4.504
Depreciação e amortização	1.938	1.906
Perda na venda de ativo permanente		18
	<u>11.045</u>	<u>9.873</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	1.605	2.580
Despesas antecipadas	(32)	2
Tributos a recuperar	(236)	(64)
Outros ativos	(65)	26
Contribuição ao fundo sócio ambiental	(421)	(247)
Fornecedores	(119)	113
Obrigações tributária, sociais e trabalhistas	(544)	(298)
Outras passivos	3	
	<u>11.236</u>	<u>11.985</u>
Caixa líquido proveniente nas operações	11.236	11.985
Juros pagos	(4.208)	(6.056)
Imposto pago	(366)	(195)
	<u>6.662</u>	<u>5.734</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.662	5.734
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(122)	(129)
Adições ao imobilizado	(25)	(82)
Adições ao intangível	(966)	(603)
	<u>(1.113)</u>	<u>(814)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.113)	(814)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (amortização de principal)	(3.940)	(3.815)
Partes relacionadas	(1.492)	(1)
Dividendos	(1.000)	
	<u>(6.432)</u>	<u>(3.816)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(6.432)	(3.816)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(883)	1.104
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.612	1.508
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.729</u>	<u>2.612</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva ("Via Parque"), que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos	Estado de Pernambuco

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht ("Organização") e controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODB Rodovias"), que por sua vez é controlada pela Odebrecht S.A. ("ODB").

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela diretoria em 17 de fevereiro de 2016.

(b) Equalização do capital circulante

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 2.216 (2014 – R\$ 976). Para equalizar os efeitos do capital circulante líquido negativo, a Companhia utilizará os rendimentos dos títulos e valores mobiliários (Nota 7) relacionados com o empréstimo junto ao banco do Nordeste, bem como, do fluxo de caixa das operações. No decorrer de 2016 esses recursos serão suficientes para equalizar o capital circulante líquido.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção da vida útil dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

Contraprestação Adicional à Tarifa (“CAT”) é ativo financeiro constituído com base no ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, em contrapartida a receita de construção e refere-se a contraprestação mensal paga pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e tem o objetivo de complementar o investimento na infraestrutura, é atualizado mensalmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”).

2.5 Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.6 Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.7 Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

A Companhia tem sua receita baseada na exploração de praças de pedágios, oriundas da concessão firmada em Parceria Público-Privada (PPP) com o Governo de Pernambuco.

A receita de serviços compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida a medida que o serviço é prestado (Nota 15 (ii)), ou seja, quando do pagamento feito para ter acesso a rota operada pela Companhia.

(b) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem de 1,00% sobre os custos incorridos no período, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

	31 de dezembro							
	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção		Receita do ativo financeiro	
Direito da Concessionária	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativo Intangível	976	597	(966)	(591)	10	6		
Ativo financeiro (*)							222	252
	<u>976</u>	<u>597</u>	<u>(966)</u>	<u>(591)</u>	<u>10</u>	<u>6</u>	<u>222</u>	<u>252</u>

(*) Refere-se à atualização do contas a receber com o governo do estado de Pernambuco calculado com base no IPCA, conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Publico Privada (CGPE).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

(a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa estimativa é a que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

(b) Margem de construção

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

(i) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas provisões acima mencionadas.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

4.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11)	51.495	55.438
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(1.729)</u>	<u>(2.612)</u>
Dívida líquida	<u>49.766</u>	<u>52.826</u>
Total do patrimônio líquido	<u>36.370</u>	<u>33.365</u>
Total do capital	<u>86.136</u>	<u>86.191</u>
Índice de alavancagem financeira	58%	61%

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2015			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.729		1.729
Contas a receber e demais contas receber	2.718		2.718
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)		7.850	7.850
	<u>4.447</u>	<u>7.850</u>	<u>12.297</u>
		Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2015			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)		51.495	51.495
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		1.420	1.420
		<u>52.915</u>	<u>52.915</u>
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2014			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.612		2.612
Contas a receber e demais contas receber	4.036		4.036
Titulos e valores mobiliários (Nota 7)		7.728	7.728
	<u>6.648</u>	<u>7.728</u>	<u>14.376</u>
		Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)		55.438	55.438
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		2.004	2.004
		<u>57.442</u>	<u>57.442</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fundo fixo	5	5
Fundo de troco	37	39
Bancos conta movimento	160	59
Aplicações financeiras (a)	1.376	2.433
Numerário em trânsito (b)	151	76
	<u>1.729</u>	<u>2.612</u>

- (a) As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo (inferior a 90 dias), com risco insignificante de mudança de valor, a preços e taxas de mercado e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data do balanço.
- (b) Saldo referente ao numerário de pedágio mantido no caixa da Companhia para depósito em conta corrente no mês subsequente.

7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) um “fundo de liquidez” representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 7.850 (2014 - R\$ 7.728), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota 11.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

8 Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
CAT - parcela construção (i)	1.621	2.006
PEX	27	49
Via Fácil (Sem Parar)	68	2
Conectcar	63	161
Faixa Verda	88	79
Outras contas a receber	1	3
	<u>1.868</u>	<u>2.300</u>
Não circulante		
CAT - parcela construção (i)	613	1.564
	<u>613</u>	<u>1.564</u>
	<u>2.481</u>	<u>3.864</u>

A Companhia possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do CGPE a CAT, que foi contratualmente concebida para garantir à concessionária caixa suficiente para fazer face aos:

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da Rodovia;
- tributos devidos pela Concessionária;
- atendimento das condições operacionais mínimas da Rodovia, das atividades de operação, manutenção e conservação.

- (i) O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.481 (2014 - R\$ 3.864), registrado em contas a receber no ativo circulante e não circulante, representa a parcela da CAT atribuída à cobertura dos gastos relacionados aos serviços de construção da rodovia. Os valores registrados nessa rubrica atendem à definição de recebíveis no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. O recebível foi medido inicialmente por seu valor justo e subsequentemente são reconhecidos os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

9 Intangível

(i) Composição

	31 de dezembro				Taxas anuais médias (%)
	Custo	Amortização acumulada	2015	2014	
Desapropriações	2.216	(180)	2.036	1.899	3
Equipamentos de informática	467	(455)	12	26	20
Ferramentas e aparelhos acessórios	154	(113)	41	72	20
Máquinas e equipamentos	594	(594)		63	20
Móveis e utensílios	143	(89)	54	69	10
Ponte	29.516	(2.959)	26.557	27.198	
Praça de pedágio	10.461	(1.027)	9.434	9.661	
Rodovias	40.754	(4.024)	36.730	36.801	
Edificações e instalações	17		17	17	
Intangível em andamento	754		754		
	<u>85.076</u>	<u>(9.441)</u>	<u>75.635</u>	<u>75.806</u>	

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção de tráfego (Nota 3 (a)) com base em variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão, considerando o potencial aumento e/ou volume de trânsito nas praças de pedágio, as quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado.

(ii) Movimentação do intangível

	2015	2014
Saldo no início do exercício	75.806	77.033
(+) Adição	1.730	598
(-) Amortização (*)	(1.901)	(1.825)
Saldo no final do exercício	<u>75.635</u>	<u>75.806</u>

- (*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego (Nota 3 (a)).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Partes relacionadas

	Passivo		Transações	
	Não circulante		Despesas financeiras	
	2015	2014	2015	2014
Terrenos e Construções S.A.	498	498		
Odebrecht Transport S.A. (i)	218	1.916	137	280
Odebrecht Rodovias S.A. (ii)	530	425		
Vento Sul Participações S.A. (ii)	252	323		
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ii)	7	11		
	<u>1.505</u>	<u>3.173</u>	<u>137</u>	<u>280</u>

- (i) Durante o exercício de 2015 houve a plena quitação do contrato de mútuo junto à OTP. O montante de R\$ 218 refere-se aos dividendos reconhecido no exercício de 2014 a serem pagos para à OTP.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia propôs dividendos calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia, sendo R\$ 529 para ODB Rodovias, R\$ 178 para Vento Sul e R\$ 7 para CNO.

11 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2015	2014
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a	51.495	55.438
			51.495	55.438
Passivo circulante (-)			(3.686)	(3.995)
Passivo não circulante			<u>47.809</u>	<u>51.443</u>

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), no montante de R\$ 52.900, e complementado no montante de R\$ 13.852 no dia 2 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de vinte anos, havendo bônus de adimplência de 15%. Desde 27 de janeiro de 2012 a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2016		3.651
2017	3.650	3.650
2018	3.844	3.844
2019	3.622	3.622
2020	3.639	3.639
2021	4.962	4.962
2022	4.995	4.995
2023	5.143	5.143
2024	5.053	5.053
2025 em diante	<u>12.901</u>	<u>12.884</u>
	<u>47.809</u>	<u>51.443</u>

12 Contribuição ao fundo sócio ambiental

Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no edital de concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja a utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante destinado a contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 153 (2014 - R\$ 574).

13 Provisão para contingência

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia tem ações de causas indenizatórias no valor de R\$ 754 classificadas como de perda provável, referente a processos de desapropriação, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos.

A Companhia também tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 487 (2014 - R\$ 469).

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.150, representado por 26.150.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

(b) Apropriação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas à reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reserva de Incentivo Fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 712 (2014 - R\$ 38) referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia.

(iv) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro do exercício	3.719	2.450
Incentivo fiscal	<u>(712)</u>	<u>(38)</u>
Base reserva legal	3.007	2.412
Constituição reserva legal (5%)	<u>(150)</u>	<u>(121)</u>
Base cálculo dos dividendos	2.857	2.291
Dividendos	<u>714</u>	<u>573</u>

Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de Construção (i)	976	597
Receita de serviço (ii)	13.976	14.952
CAT (iii)	8.915	8.720
Atualização do ativo financeiro - ICPCo1	222	252
Impostos, contribuições e descontos sobre serviço	<u>(2.497)</u>	<u>(3.334)</u>
	<u>21.592</u>	<u>21.187</u>

- (i) A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 976 (2014 - R\$ 597), como receita de construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.
- (ii) Arrecadações de pedágio e receitas acessórias.
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do CGPE, CAT.

16 Custos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo com pessoal	(1.871)	(2.174)
Prestadores de serviços	(2.252)	(2.631)
Gastos gerais administrativos	(2.170)	(2.049)
Outros custos	(83)	(409)
Custo de construção (i)	<u>(966)</u>	<u>(591)</u>
	<u>(7.342)</u>	<u>(7.854)</u>

- (i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

17 Despesa gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas com pessoal	(3.343)	(3.138)
Prestadores de serviços	(1.546)	(1.573)
Gastos gerais administrativos	(526)	(617)
Outras despesas	<u>(565)</u>	<u>(480)</u>
	<u>(5.980)</u>	<u>(5.808)</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Resultado financeiro, líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.204)	(4.507)
Juros sobre mútuos	(137)	(280)
IOF sobre operações financeiras	(7)	(8)
Comissões bancárias	(8)	(8)
Outras despesas financeiras	(30)	(17)
	<u>(4.386)</u>	<u>(4.820)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	1.175	977
Outras receitas financeiras	11	12
	<u>(3.200)</u>	<u>(3.831)</u>

19 Tributos diferidos e correntes

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Sobre ativo diferido	1.319	1.310
Sobre ajustes ICPC 01	475	465
Benefício fiscal (ágio) (i)	<u>1.825</u>	<u>2.087</u>
	3.619	3.862
Passivo - ISS, PIS/Pasep e Cofins diferidos		
Sobre ajustes de ICPC 01	<u>(112)</u>	<u>(246)</u>
	(112)	(246)

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora Odebrecht Transport Participações S.A., nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado da seguinte forma:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	5.369
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	<u>(3.544)</u>
Total do benefício fiscal	<u><u>1.825</u></u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”. A Companhia constituiu essa provisão, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação
2016	262
2017	262
2018	262
2019 em diante	1.039
Total	1.825

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(a) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício

	2015	2014
Ajustes ICPC	(542)	704
Ajustes de ativo diferido	(80)	1.997
Ajuste anos anteriores	566	
Benefício fiscal ágio	770	770
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	714	3.471
Contribuição social (9%)	64	312
Imposto de renda (25%)	179	868
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	243	1.180

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social corrente	4.999	3.654
Adições	3.255	72
Exclusões	(4.644)	(3.471)
Compensação do prejuízo / base negativa CSLL	42	
Base de cálculo contribuição social	<u>3.652</u>	<u>255</u>
Base de cálculo do imposto de renda	<u>3.610</u>	<u>255</u>
Contribuição social (9 %)	329	23
Imposto de renda (15 %)	542	38
Adicional IRPJ - 10%	179	2
Incentivo fiscal PAT	<u>(12)</u>	<u>(2)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social corrente (*)	<u>1.037</u>	<u>61</u>
Total do imposto de renda e contribuição social correntes contabilizados	<u>1.037</u>	<u>61</u>
Total do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos contabilizados	<u>1.280</u>	<u>1.241</u>

(*) Conforme Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2021, a Companhia passou a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2013 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O incentivo calculado, e classificado como outras receitas - receita de subvenção representou uma redução de R\$ 12 (2014 - R\$ 2) sobre o débito apurado de IRPJ.

20 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor estimado é de R\$ 143.203 (não auditado).

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Garantia Concessões Públicas	21/05/2016	930
Seguro de Risco Operacional	29/05/2016	80.000
Responsabilidade Civil	29/05/2016	30.000

* * *